

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

Procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo da alínea d) do n.º1 do artigo 20º do CCP

“Aquisição de hortos para Escolas”

1. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Escolha e início de procedimento por ajuste direto – “Aquisição de hortos para Escolas”.

2. TIPO DE PROCEDIMENTO

Ajuste Direto, ao abrigo do disposto na alínea d), do n.º 1, do art. 20º do CCP, na sua versão atual.

3. OBJECTO DO PROCEDIMENTO

3.1 A Aquisição de bens para “Aquisição de hortos para Escolas”, é em regime de contrato de aquisição de bens e o valor base é de 8.990,00€ (oito mil novecentos e noventa euros), acrescido da taxa de IVA legal em vigor.

3.2 Os bens encontram-se identificados no mapa de quantidades, presente a este caderno de encargos.

4. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Na proposta, o concorrente deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual;
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- c) Lista de Preços Unitários e características técnicas dos produtos objeto de contrato, constantes no mapa de quantidades e características técnicas;
- d) Proposta de Preço;

4.1 Na proposta o concorrente terá de respeitar as referências, por cada bem do presente procedimento.

4.2 O concorrente deverá apresentar proposta para todos os artigos constantes na listagem, sob pena da proposta ficar excluída.

4.3 Na proposta o concorrente terá de respeitar as referências, por cada objeto do presente concurso.

4.4 A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, com indicação da taxa legal aplicável.

4.5 A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, elaborada em papel timbrado da empresa.

5. REQUISITOS DO FORNECIMENTO

5.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Entrega dos bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no mapa de quantidades.
- b) Garantia dos bens.

6. PREÇO BASE

6.1 Nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 47º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual, o preço base, é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

6.2 Para a Aquisição de bens, “Aquisição de hortos para Escolas”, objeto do presente Ajuste Direto, o preço base é de 8.990,00€ (oito mil novecentos e noventa euros), acrescido da taxa de IVA legal em vigor.

7. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

7.1 A adjudicação deverá ser feita de acordo com o critério da proposta mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade referida na alínea b) do número 1 do artigo 74º do CCP na sua versão atual, isto é, modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

8. CONSULTA PRELIMINAR

8.1 Nos termos do art.º 35.A do CCP, na sua versão atual, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado a fim de obter informações relevantes para estabelecer o preço base contratual.

8.2 A consulta preliminar para a aquisição de bens, foi realizada à seguinte entidade:

- Regiurban, Soluções industriais & Urbanas

8.3 Em resposta, a entidade, enviou a informação pretendida, tendo sido considerado o montante como preço base definido para efeitos de procedimento.

8.4 Todas as comunicações efetuadas poderão ser consultadas nos serviços da entidade adjudicante.

9. PREÇO CONTRATUAL

9.1 Pelo fornecimento objeto do contrato, a entidade adjudicante irá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

9.2 No preço já deve estar incluído o transporte do material até ao Armazém Municipal.

10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Considerada a natureza e as características, considera-se adequado fixar o prazo de apresentação de propostas em 5 dias.

11. PRAZO PARA FORNECIMENTO DOS BENS

O período de vigência para o fornecimento dos bens é de 9 semanas.

12. FACTURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 A faturação será efetuada após o fornecimento, conforme condições estipuladas neste Caderno de Encargos.

12.2 As faturas terão de coincidir rigorosamente com as requisições de serviço emitidas pela Câmara Municipal de Alijó, quer em valor, quer na descrição dos fornecimentos.

12.3 O pagamento será efetuado após aceitação das faturas, num prazo de 30 dias.

13. PENALIDADES

13.1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, exceto se a situação se enquadrar no previsto no ponto 14.

13.2 Caso não se enquadre no ponto mencionado anteriormente, o Município reserva-se o direito de rescindir unilateralmente o contrato, e aplicar as sanções revistam natureza pecuniária, o respetivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato previsto.

13.3 Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

13.4 Na determinação da gravidade dos incumprimentos ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

14. CASOS DE FORÇA MAIOR

14.1 Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

14.2 A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

15. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICANTE

15.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do fornecedor, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à entidade adjudicante proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos do ponto 18.1 deste Caderno de Encargos.

15.2 A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação.

15.3 A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridas durante a execução do mesmo.

16. RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

16.1 Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte da Câmara Municipal, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao adjudicatário proceder a resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito, nos termos do ponto 18.1 deste caderno de encargos.

16.2 Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e neste caso a entidade adjudicante cumpra as obrigações em atraso, no prazo dos 30 dias.

17. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo fornecedor/prestador do serviço depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual.

18. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

18.1 Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

18.2 Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à entidade adjudicante, com a máxima urgência.

19. DEVER DE SIGILO

19.1 O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação, relativa à entidade adjudicante, de que possa vir a ter conhecimento, decorrente da execução do contrato.

19.2 A informação coberta pelo dever de sigilo não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

19.3 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

20. OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente é obrigado a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

21. CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de Caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88º do CCP, na sua versão atual, dado o preço contratual ser inferior a 500.000,00€.

22. GESTOR DE CONTRATO

O Gestor do Contrato será a Técnica Superior da Divisão de Obras e Serviços Urbanos Elsa Gomes.

23. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, na sua versão atual, não é exigível a redução de contrato escrito.

24. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

24.1 Cada Parte deve cumprir com as disposições aplicáveis do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016, doravante definido como RGPD, ou outras leis aplicáveis em matéria de proteção de dados.

24.2 Todos e quaisquer dados pessoais, tal como definidos no RGPD, recebidos do Município de Alijó pelo Adjudicatário no âmbito dos serviços previstos neste contrato, serão considerados como dados pessoais dos quais o respetivo responsável pelo tratamento, tal como definido no

RGPD, será o Município de Alijó, atuando o Adjudicatário como subcontratante, tal como definido pelo RGPD.

24.3 O Adjudicatário declara que avaliou os riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais ora previstos e que consegue assegurar de forma adequada, tendo em conta o risco envolvido, a implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que satisfaçam os requisitos do RGPD e a defesa dos direitos do titular dos dados.

24.4 Salvo se expressamente previsto no contrato, ou mediante autorização escrita do Município de Alijó, o Adjudicatário não pode recorrer aos serviços de quaisquer terceiros para proceder ao tratamento, total ou parcial, de dados pessoais de que o Município de Alijó seja o responsável pelo tratamento e a que tenha acesso no âmbito da presente contratação. Caso pretenda recorrer a um subcontratante, o Adjudicatário terá que obter uma autorização prévia, por escrito, do Município de Alijó. Este pedido de autorização deve incluir detalhes sobre a respetiva identificação, a localização do subcontratante, a duração, natureza e âmbito do tratamento a ser realizado por este e as categorias de dados pessoais a serem tratados. Quando o Subcontratante não cumprir suas obrigações no âmbito do presente contrato e da legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados, o Adjudicatário permanecerá integralmente obrigado perante o Município de Alijó pelo desempenho de tais obrigações não executadas ou executadas defeituosamente.

24.5 O Adjudicatário obriga-se, ainda, a cumprir todas as disposições que seguem:

- a) Obriga-se a tratar os Dados Pessoais apenas e só para efeitos de execução do contrato e cumprimento de obrigações legais ou judiciais.
- b) Obriga-se a conservar e usar os Dados Pessoais única e estritamente pelo tempo necessário, seja pelo tempo de execução do contrato ou enquanto for necessário para o cumprimento de obrigações legais ou judiciais.
- c) Obriga-se a implementar e manter medidas técnicas organizativas adequadas a preservar e proteger os Dados Pessoais.

d) Obriga-se ao dever de guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alijó, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com execução do contrato.

e) A obrigação de confidencialidade ora assumida manter-se-á mesmo após a cessação do contrato.

f) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, salvo por obrigação legal, nem ser objeto de qualquer uso ou modelo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

g) Obriga-se a notificar o Município de Alijó no prazo de 24 horas após o conhecimento de qualquer violação de medidas de segurança técnica e organizativas que tenham afetado ou possam afetar os Dados Pessoais obtidos no âmbito do presente contrato, por escrito para o seguinte endereço de correio eletrónico: geral@cm-alijo.pt e confirmada por carta registada com aviso de receção, com a indicação “CONFIDENCIAL” no sobrescrito, e dirigida ao Município de Alijó, Rua General Alves Pedrosa, n.º 13, 5070-051 Alijó.

h) Obriga-se a assegurar que os seus colaboradores que tenham acesso aos Dados Pessoais, no âmbito do presente contato, estão sujeitos a obrigações contratuais ou legais de confidencialidade sejam informados da natureza confidencial dos dados e que recebam formação adequada em matéria de cuidados a ter no tratamento de Dados Pessoais.

i) Havendo redução do contrato a escrito o Adjudicatário, e se aplicável o Subcontratante, expressamente autorizam a transmissão e publicação dos seus dados pessoais ao Portal Base.Gov, Diário da República, bem como a outras entidades oficiais intervenientes no âmbito da contratação pública.

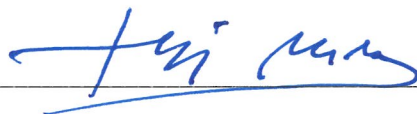
24.6 O prestador/adjudicatário é responsável pelos danos causados no Tratamento de Dados Pessoais que realize no âmbito do presente contrato.

25. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Anexo aplica-se o disposto no CCP, na sua versão atual e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara



Eng.º José Rodrigues Paredes